

21 FEV 1987

B. DRABEK

APM nas escolas. Obrigatoriedade?

Educação ESTADO DE SÃO PAULO

Está próximo o período de renovação de matrículas, início de ano letivo e, sem falta, o questionamento da taxa destinada à Associação de Pais e Mestres. As escolas públicas, via de regra, abrigam o contingente de estudantes carentes. Não podemos descartar o fato de que estudam em escolas públicas, alunos de outros níveis sociais, além daqueles chamados carentes. Seja por tradição, visto que os pais, oriundos de classes menos favorecidas, realizaram seus estudos básicos em escolas públicas e, pensamente abriram seu caminho para o relativo sucesso, com duras penas e, por isso, pretendem que seus filhos conheçam a realidade da vida, onde as dificuldades sempre são maiores e ensinam, na prática, mais do que mil discursos. Seja por motivos práticos, desde que todos nós, como cidadãos, pagamos nossos impostos e podemos achar que o Estado deve ter sua parcela de responsabilidade na educação e formação "letrada" de nossos filhos ou, mesmo, pelo óbvio motivo de serem encargos impossíveis de carregarmos pela carência de meios financeiros.

Tudo isso é novamente questionado quando as aulas se iniciam e começam a ser distribuídos os formulários de depósito bancário em favor das "APM" de cada escola. Nesse momento, apesar do caráter "facultativo" da contribuição, devemos levar em conta, que o governo, seja Federal, Estadual ou Municipal, tem suas verbas sempre insuficientes para satisfazer todas as necessidades da população. É certo que pagamos impostos, e altos impostos. É certo que os funcionários públicos são pagos, em última análise, com o dinheiro arrecadado desses impostos, que nós pagamos; porém, tenhamos na lembrança, o fato de que além das escolas, o governo deve melhorias nas áreas de saneamento básico (água, esgotos, enchentes), transportes, rodovias, ferrovias e por aí afora. Quando criticamos o "Leão" do Imposto de Renda, podemos bem aquilatar o quanto se torna necessária a arrecadação de impostos. Se o dinheiro arrecadado está sendo corretamente empregado, corretamente distribuído nas escalas de prioridades, é um outro problema que só resolveremos na medida em que melhor soubermos escolher nossos representantes,

sejam vereadores, deputados estaduais, prefeitos, governadores, deputados federais, senadores e, conforme promessas, até o presidente da República, num futuro próximo. Por enquanto, sabemos que os recursos destinados àquelas escolas públicas, onde nossos filhos estudam, continuam sendo poucos e insuficientes para a correta formação intelectual, científica e até esportiva. Nesse momento, entra em atuação a Associação de Pais e Mestres, com o objetivo de complementar, onde possível, os recursos para prover as escolas essa lacuna, deixada pela impossibilidade (ou incompetência) dos órgãos públicos.

Como pais que somos, devemos participar e dar nossa colaboração para o melhor encaminhamento de nossos filhos. Devemos estar alertas na fiscalização do correto emprego daqueles impostos que, a duras penas, pagamos aos cofres públicos. Devemos nossa parcela de contribuição, pelo menos sob a forma de presença, para discutir como gastar aqueles minguados recursos conseguidos na APM. Vamos discutir com o diretor da escola, com os professores so-

bre os problemas de que temos conhecimento e quem sabe, tomar conhecimento de problemas que julgávamos jamais estarem presentes naquela escola onde nossos filhos estudam.

Vamos colaborar, nem sempre com dinheiro. Sabemos de um amigo, comerciante, que, conhecendo os planos da APM, contribuiu, com prazer, com uma lata de tinta. Outro, conhece alguém que pôde conseguir doação de carteiras escolares, e assim por diante. Importante é lembrar que essa possibilidade só descobriremos se os pais estiverem presentes, trocando idéias, conscientes das carências da escola para proporcionar a melhor retaguarda na formação técnica, intelectual e esportiva de nossos filhos. Nem sempre a contribuição em dinheiro resolve. Pelo menos, vamos marcar presença, para fiscalizar o que a APM vem fazendo. Vamos pedir explicações sobre os gastos executados. Verifiquemos os comprovantes de despesas. O balanço do ano anterior. Vamos dar uma volta no pátio da escola, na companhia do diretor, para que nos mostre onde e em que o dinheiro da APM foi gasto. Temos a certeza de que

seremos muito bem recebidos e nosso interesse será aplaudido.

Levemos ao diretor da escola nossa preocupação com o aluno carente. Poderíamos, no mínimo, pagar a taxa relativa a dois ou três alunos que o diretor ou os Conselheiros da APM recomendam por não terem condições financeiras. Vamos contribuir para que, de forma condigna, aqueles alunos que não podem contribuir não se sintam diminuídos frente a seus colegas. Vamos contribuir para que a escola onde nossos filhos estudam possa ter a estrutura suficiente para que as suas aptidões sejam despertadas enquanto jovens. Se não existe um laboratório equipado, jamais sabermos, em tempo, que nosso filho poderia ser um químico de sucesso; um escritor de renome, sem uma biblioteca onde ele tivesse a oportunidade de conhecer os ilustres universais ou mesmo se tornar um atleta de mérito, sem uma quadra esportiva adequada. Vamos procurar mudar a mentalidade de alguns funcionários de escola que, com muita boa vontade, acham que estejam contribuindo para o que dissemos, quando "pressionam" os alunos para o pagamento

de taxas ou para a compra de rifas. Dizem os sábios, que "o inferno está repleto de gente bem intencionada". Vamos procurar fazer ver a esses bem intencionados funcionários que existe um limite a essa divulgação das necessidades de uma APM. Vamos levar nossa participação, sugerindo outras formas legítimas e mais suaves de alcançar os objetivos de prover as reais necessidades da escola, mesmo sem contribuições em dinheiro. Vamos entrar em contato com aquele amigo que tem um conhecido, que, com nosso pedido, de bom grado forneceria ou iria doar aqueles vidros para o laboratório, aquelas cortinas para o anfiteatro, aquelas faixas (como já aconteceu) para divulgar o campeonato interescolas, enfim, tomar conhecimento do que acontece com a escola e auxiliar naquilo que melhor nossos filhos aproveitariam nessa época de formação de caráter, tão importante para o embasamento de toda sua vida futura.

O autor é advogado, consultor em Tributos e Organização, juiz efetivo do Tribunal Judiciário Maçônico do Estado de São Paulo, conselheiro da APM Major Alvim, de Atibaia